



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

**A COMUNIDADE SETORIAL DE INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:
PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS (1969-1990)**

***THE SECTORAL INFORMATION COMMUNITY OF THE MINISTRY OF EDUCATION:
PRODUCTION OF INFORMATION AND FILING DOCUMENTS (1969-1990)***

Adalson de Oliveira Nascimento – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Durante a ditadura militar brasileira, que vigorou entre 1964 e 1985, foi instituído um amplo sistema de órgãos de informações com o objetivo de subsidiar as ações de repressão política. O Serviço Nacional de Informações (SNI) era responsável por coordenar o Sistema Nacional de Informações (SISNI). O objetivo deste trabalho é examinar e analisar a constituição e o funcionamento de uma das unidades do Sistema, a Comunidade Setorial de Informações do Ministério da Educação (CSI/MEC). Composta por 84 órgãos da área da Educação e Cultura, essa comunidade era coordenada pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação (DSI/MEC), configurando-se como a maior comunidade de informações no âmbito do Sistema implementado pela ditadura. A pesquisa baseou-se em fontes bibliográficas e documentais. Foram consultados os oito fundos arquivísticos das Assessorias de Segurança e Informações (Aesis) de Universidades reunidos no Banco de Dados Memórias Reveladas, mantido pelo Arquivo Nacional. Os documentos arquivísticos permitiram caracterizar a Comunidade Setorial de Informações do Ministério da Educação (CSI/MEC) durante o período de sua atuação, que se estendeu de 1969 a 1990. A pesquisa revelou que a cronologia específica da Comunidade não coincide, de forma estrita, com os marcos temporais da ditadura militar ou do próprio SNI. Além disso, ficou evidenciada a grande abrangência e complexidade dessa comunidade de informações no âmbito do Ministério da Educação, que estava voltada, sobretudo, para a vigilância e repressão das universidades, alvos preferenciais do regime autoritário.

Palavras-chave: Ditadura militar; Comunidade Setorial de Informações do Ministério da Educação; Sistema Nacional de Informações.

Abstract: During the Brazilian military dictatorship, which ran between 1964 and 1985, a broad system of information bodies was established with the aim of subsidizing political repression actions. The National Information Service (SNI) was responsible for coordinating the National Information System (SISNI). The objective of the work is to understand and analyze the constitution and functioning of one of the System's units, the Sectoral Information Community of the Ministry of Education (CSI/MEC), made up of 84 bodies in the area of education and culture and coordinated by the Division of Security and Information of the Ministry of Education (DSI/MEC). This is the largest information community within the scope of the System created by the dictatorship. The main sources of research data were

bibliographic and documentary. The eight archival funds of the Security and Information Offices (Aesis) of Universities were consulted, gathered in the Revealed Memories Database, maintained by the National Archives. The archival documents made it possible to characterize the Sectoral Information Community of the Ministry of Education (CSI/MEC) during the period of its existence, 1969 to 1990. It was possible to reveal the specific chronology of the Community, which, strictly speaking, does not coincide with the time frames of the Military Dictatorship or the SNI. The great scope and complexity of the Information Community installed within the Ministry of Education was also highlighted. This apparatus was aimed, above all, at monitoring and repressing Universities, one of the preferred targets of the authoritarian government.

Keywords: Military dictatorship; Sectoral Information Community of the Ministry of Education; National Information System.

1 INTRODUÇÃO

No período de 1964 a 1985 vigorou no Brasil uma ditadura militar¹, instituída a partir de um golpe de Estado que derrubou o então presidente João Goulart. Ao longo dos vinte e um anos do regime cinco generais ocuparam a Presidência da República. A historiografia demonstra que os militares, ao deterem o poder, buscaram *maquiar* o regime autoritário, utilizando-se de subterfúgios, para aparentar uma suposta normalidade democrática e legalidade jurídica da ditadura. O regime militar praticou todo tipo de abuso e de repressão política. Os atos institucionais decretados de forma arbitrária pelos presidentes generais superdimensionaram o poder do Executivo e sustentaram a violência e as perseguições políticas, citando-se o fechamento do Congresso em várias ocasiões e a cassação de mandatos de parlamentares. Ao longo do regime apenas dois partidos tiveram autorização para funcionar: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), um de apoio ao governo e outro de *oposição*, se é que se pode falar assim. A ditadura militar fez uso da força e da violência para silenciar pessoas e organizações. Ocorreu todo tipo de violação de direitos humanos: detenções e prisões ilegais ou arbitrárias, tortura, execução sumária, arbitrária ou extrajudicial, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáver.

O regime não logrou alcançar apoio popular, seja pelo cerceamento das liberdades, pelo uso da força ou pelo fracasso da política econômica. O chamado “Milagre econômico”, política de desenvolvimento patrocinada por investimentos e empréstimos externos, levou ao alto endividamento do Estado. A piora das condições de vida dos trabalhadores assalariados é um elemento fundamental para se entender o fim do regime. A desvalorização dos salários

¹ Usamos os termos *ditadura militar e golpe militar* para referir ao período e ao evento de sua emergência. O atual e relevante debate sobre a denominação do regime e do evento escapa do espaço e objetivos da pesquisa.

e a alta inflação desgastaram os governos militares. Em tal conjuntura é que se iniciou a chamada “Abertura política”, controlada pelo governo militar.

A amenização da repressão e os primeiros passos para a redemocratização tiveram início no governo do general Ernesto Geisel, penúltimo presidente militar, entre 1974 e 1979. O último general presidente foi João Figueiredo, que assumiu em 1979 e entregou o governo em 1985 a José Sarney, eleito pelo Congresso Nacional vice-presidente, juntamente com Tancredo Neves, presidente, que não pôde assumir por estar adoentado. A transição política, do tipo pactuada, coube a Figueiredo. O ato mais significativo assinado pelo então presidente foi a chamada “Lei da Anistia”, de 1979. A anistia, às avessas, garantiu o perdão aos agentes de Estado que praticaram tortura e assassinatos.²

O fim da ditadura significou um novo capítulo da história brasileira. Iniciou-se o longo e lento processo de busca de reparação às vítimas da repressão e seus familiares e de conhecimento dos atos ilegais e criminosos de violação dos direitos humanos. A Lei da Anistia constituiu-se no marco inicial do processo, reforçada pela Lei dos Desaparecidos, de 1995, e pela constituição da Comissão de Anistia, em 2002 (Mezarobba, 2009). Tal processo insere-se na chamada “Justiça de transição”. Citam-se ainda como marcos do processo de reparação e conhecimento histórico sobre período militar: a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI) (Brasil, 2011) e a constituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), também instituída por lei federal (Brasil, 2011), sequenciais, identificadas como 12.527 e 12.528, ambas de 18 de novembro de 2011. A promulgação sequencial das leis não é mera coincidência. Antes da LAI havia restrições legais para o acesso a documentos públicos que pudessem interessar ao conhecimento sobre os crimes praticados pelo governo militar, restrição que foi derrubada por ela. Ou seja, a LAI abriu espaço para o trabalho de investigação da CNV e para a realização de pesquisas voltadas para o uso probatório dos documentos, tanto para a reparação de vítimas e familiares quanto para as pesquisas acadêmicas.

2 ARQUIVOS: REPARAÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA

Arquivos são instrumentos poderosos para se alcançar a *justiça de transição*, na medida em que se revelam como provas indeléveis das violências, abusos e crimes dos estados

² O projeto de lei que originou a Lei da Anistia foi apresentado ao Congresso pelo presidente Figueiredo. A Lei garantiu a autoanistia, perdão aos agentes de estado por todos os crimes praticados. Os militantes políticos condenados pelos crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal não foram anistiados pela lei. Posteriormente, após mudanças na Lei de Segurança Nacional, os tribunais libertaram os presos políticos.

repressivos, servindo, portanto, às ações de reparação. Da mesma forma, são fontes para o conhecimento científico da história e para a construção da memória social.

Criou-se em 1993 um grupo de trabalho no âmbito da Unesco, com a participação do Conselho Internacional de Arquivos, orientado para estudar o problema dos *arquivos dos regimes repressivos*³ ao redor do mundo, o qual publicou os resultados dos estudos e uma espécie de manual para a lida com esses arquivos: *Los archivos de la seguridad del estado de los desaparecidos regímenes repressivos* (González Quintana, 1997). Em 2008 houve uma nova publicação, atualizada e ampliada (González Quintana, 2017).

Após o regime militar, em diferentes contextos, implantaram-se no Brasil projetos e investimentos voltados para a localização, tratamento e salvaguarda dos *arquivos da ditadura militar*, sempre guiados pela necessidade de reparação. A primeira ação sistemática em torno dos arquivos foi o projeto *Brasil: Nunca Mais*. Um grupo heterogêneo, formado por religiosos, advogados, acadêmicos e militantes políticos, coordenado pelo reverendo Jaime Wright e por dom Paulo Evaristo Arns, copiou e analisou processos judiciais movidos contra presos políticos que tramitaram no Superior Tribunal Militar (STM).⁴ Um dos produtos do projeto foi o livro *Brasil: Nunca Mais* (1986), *bestseller*, que traçou pela primeira vez um panorama dos porões da ditadura, tornando-se uma prova incontestada da crueldade da repressão política. Importante destacar: baseado em arquivos oficiais.

Outro evento relevante foi o processo de abertura dos arquivos das Delegacias de Ordem Política e Social (Dops) nos estados. Os Dops, como alerta Maria Luiza Tucci Carneiro, eram excelentes no gerenciamento de informações e arquivos (2005). Na primeira metade da década de 1990 ocorreu uma campanha nacional visando localizar nas secretarias de segurança públicas estaduais os documentos dos Dops e seu recolhimento pelos arquivos públicos e instituições de pesquisa. Conduzida por entidades de direitos humanos, associações de vítimas e familiares, Associação Nacional de História (ANPUH) e Arquivo Nacional, encontrou, recolheu e disponibilizou fundos arquivísticos das polícias políticas de quatorze estados.⁵ Atualmente esses documentos estão disponíveis no Banco de Dados Memórias Reveladas (BDMR).⁶

³ O termo *arquivo dos regimes repressivos* foi conceituado e utilizado por este grupo de trabalho.

⁴ O projeto se debruçou sobre 707 processos judiciais, com cerca de 850 mil páginas. Fonte: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/sobre.html>, acesso em 17 de outubro de 2023.

⁵ Ver o capítulo *A difusão dos acervos das DOPS no banco de dados memórias reveladas* (2017), de Carolina Almeida Sodré e Cynthia Roncaglio.

⁶ Disponível em <https://www.gov.br/memoriasreveladas>. Acesso em 21 de outubro de 2023.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

O processo sistemático de recolhimento de documentos da ditadura oriundos de órgãos federais ao Arquivo Nacional, iniciado 2005⁷, foi incrementado com a implantação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, em 2009. O marco inicial foi a publicação do decreto (Brasil, 2005) que determinou o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI) que estavam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Com base nestes documentos, entre 2005 e 2012 o Arquivo Nacional atendeu 12.879 pessoas atingidas pela repressão e forneceu 314.363 cópias de documentos para fins probatórios (Silva, 2012, p. 7). Os números denotam o impacto dos arquivos na reparação histórica.

Em 2006, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, foram iniciados estudos técnicos para a implantação do projeto Memórias Reveladas. Em 2007 e 2008 vários acervos públicos e privados, especialmente dos Dops nos estados, foram tratados com recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura. Em 2009 criou-se o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. Em 2010 o Arquivo Nacional, coordenador do projeto, já custodiava 43 fundos documentais, formados por 16,5 milhões de páginas. Em 2008 foi criado um banco de dados somente disponível para consultas presenciais no Arquivo Nacional (BDMR), cuja versão de 2019, on-line, contava 18 milhões de páginas de documentos com reconhecimento óptico de caracteres.⁸

O Memórias Reveladas constituiu-se como uma rede para a integração de arquivos de instituições públicas e privadas mediante a cooperação entre a União, os estados e o Distrito Federal. Além do tratamento técnico e da difusão de arquivos repressivos e de resistência, o projeto realizou seminários, encontros e treinamentos voltados para a qualificação de pessoal, visando à preservação de acervos. Outra frente de atuação foi a promoção de um prêmio de pesquisa voltado para a seleção e publicação, em forma de livro, de pesquisas sobre o período militar.

Os arquivos reunidos no BDMR pertencem a diferentes entidades parceiras e proporciona uma visão panorâmica sobre os arquivos da ditadura. Encontram-se descritos

⁷ Em 1990 o Arquivo Nacional realizou o recolhimento do Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ). Este primeiro fundo federal permitiu investigações inéditas sobre a estrutura do aparato repressivo da Ditadura. Carlos Fico foi um dos primeiros historiadores a fazer uso da documentação do DSI/MJ. Com base nela publicou *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política* (2001).

⁸ <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historico>, acesso em 24 de outubro de 2023.

atualmente 235 fundos documentais. A ferramenta reúne representantes digitais⁹ de vários desses fundos. Os números são grandiosos: treze milhões de páginas de documentos textuais digitalizadas e indexadas de órgãos federais, custodiados pelo Arquivo Nacional e dez milhões de páginas de documentos dos Dops custodiados por arquivos estaduais e outras entidades. Além da documentação textual, o BDMR traz referências e imagens digitais de documentos de outros gêneros, como, bibliográficos, cartográficos, filmográficos e iconográficos.¹⁰

3 A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES DO MEC: PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS

A maior parte dos documentos descritos e reproduzidos no BDMR é oriunda do Sistema Nacional de Informações (SISNI)¹¹, que englobava órgãos estaduais, federais e das Forças Armadas. O Sistema era coordenado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). No âmbito do Memórias Reveladas, o Arquivo Nacional investigou a rede de órgãos setoriais de informações do Executivo federal. Foram identificados mais de 250 órgãos. Os arquivos de cerca de 20% desses órgãos foram recuperados e estão descritos no Memórias Reveladas (ISHAQ; Franco, 2008; Rodrigues, 2017).

A investigação aqui apresentada se debruça especificamente sobre a Comunidade Setorial de Informações do Ministério da Educação (CSI/MEC)¹², integrada por 84 órgãos e constituída por: Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Educação e Cultura (DSI/MEC), coordenadora da Comunidade, órgãos de informação internos, regionais e especializados do MEC e órgãos de informação de universidades federais, estaduais públicas e privada. A CSI/MEC foi estabelecida em 1969, mediante a criação da DSI/MEC. Sua extinção formal ocorreu apenas em 1990, por meio da Medida Provisória 150. De fato, a partir de 1979

⁹ Representante digital é um documento digitalizado; ou seja, é a imagem digital de um documento não digital.

¹⁰ <https://www.gov.br/memoriasreveladas>, acesso em 2 de novembro de 2023.

¹¹ A lei de criação do Serviço Nacional de Informação (SNI) em 1964 fazia menção ao estabelecimento de um sistema nacional de informação e contrainformação, futuro SISNI (BRASIL, 1964). A constituição do SISNI foi processual e representou a ampliação e sofisticação do aparato de coleta e difusão de informações para subsidiar a repressão política. Faziam parte do SISNI os órgãos vinculados ao Serviço Nacional de Informação (SNI), ao Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Civis (SSI-MC), ao Subsistema de Informações Estratégicas Militares (Susiem) e ao Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Militares (SSIMM). O SISNI também englobava os órgãos de inteligência dos Estados, por meio da interação destes com as agências regionais do SNI.

¹² Ao longo do processo de estruturação e sofisticação do SISNI foi criado o conceito das Comunidade Setorial de Informações, que reforçou a subordinação das Divisões de Segurança e Informações ao SNI.

as Aesis Universitárias, sustentáculo da CSI/MEC, começaram a ser fechadas, sendo extintas completamente em 1986, por portaria do MEC (Brasil, Portaria MEC 576, 1986).

O Quadro 1 apresenta informações sobre os órgãos componentes da CSI/MEC. Para sua construção foram utilizadas três fontes, descritas na sequência.

- a) Em 2012 o Arquivo Nacional publicou estudo que identificou os órgãos de informação que faziam parte do SNI, tendo como fonte uma base de dados do próprio SNI. Os dados estão em *Arquivos do Brasil sobre a repressão política na ditadura militar (1964-1985)*. Trata-se de uma espécie de guia de fundos do Memórias Reveladas.
- b) O livro *As universidades e o regime militar*, de Rodrigo Patto Sá Motta, que aborda o assunto a partir de entrevistas e de um extenso trabalho de pesquisa em arquivos, em especial das Assessorias de Segurança e Informações das Universidades, traçando um ótimo panorama sobre a CSI/MEC. O autor contabilizou os órgãos que a compunham.
- c) O Ofício 2.519 da DSI/MEC enviado à AESI/UFMG em 1973¹³, documento que traz uma relação de Aesis da CSI/MEC.

O total de 84 órgãos da Comunidade Setorial de Informações de informação do MEC pode aumentar se a lista for acrescida dos órgãos já conhecidos e não acessados nesta pesquisa ou dos órgãos que venham a ser *descobertos* no futuro. A CSI/MEC funcionou com maior intensidade e força na década de 1970, mas seu funcionamento não ficou restrito a este período. A aprovação do Plano Setorial de Informações em 1971 é uma referência importante, pois marca o início da criação das Aesis.

O Diretório Brasil de Arquivos do Arquivo Nacional (DIBRARQ/AN) e o BDMR descrevem oito fundos documentais relacionados às atividades de informação e segurança nas universidades. Nem todos os conjuntos foram produzidos por Aesis. No caso da Escola Paulista de Medicina, que posteriormente deu origem à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a documentação foi produzida por uma Comissão de Investigação Sumária. A documentação descrita da Faculdade Federal de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) também não é oriunda de AESI, apesar de ter existido a ASI/UFOP.

Além das descrições de oito fundos, o BDMR mantém representantes digitais de seis fundos. Parte desses conjuntos documentais foi recolhida ao Arquivo Nacional no contexto do Memórias Reveladas. Alguns acervos continuam sob a guarda das instituições produtoras.

¹³ Ofício 2519 DSI/MEC, de 25 de junho de 1973. Arquivo Nacional, Fundo Universidade Federal de Minas Gerais, Dossiê BR DFANBSB AT4 0 0 0462.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Quadro 1 – Órgãos da Comunidade Setorial de Informações do Ministério da Educação

Fonte	Quantitativo	Esfera de atuação	Órgão
AN Motta Ofício DSI	1	MEC	Divisão de Segurança e Informações
AN	2	MEC	Departamento de Ensino Superior, Diretoria Regional
Motta	3	MEC	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Departamento de Assuntos Culturais
Motta Ofício DSI	4	MEC	Fundação Centro Brasileira de TV Educativa, Fundação Nacional de Material Escolar, Instituto Nacional do Cinema, Serviço de Radiodifusão Educativa
Ofício DSI	8	MEC	Secretaria Geral, Inspeção Geral de Finanças, Departamento de Ensino Fundamental, Departamento de Apoio, Departamento de Ensino Supletivo, Departamento de Educação Física e Desportos, Departamento de Ensino Médio, Departamento de Assuntos Culturais
Motta Ofício DSI	5	MEC	Assessorias Regionais de Segurança e Informações NE, DF/MG/GO, GB, MT/SP, RS
AN Motta	20	MEC	Assessorias de Segurança e Informações das Delegacias Regionais do MEC dos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe
AN Motta Ofício DSI	26	Universidade federal	UFAL, UFAM, UFBA, UFC, UFES, UFF, UFG, UFJF, UFMA, UFMG, UFMT, UFOP, UFPA, UFPB, UFPE, UFPEL, UFPI, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFRN, UFRRJ, UFS, UFSC, UFSM, UNB
AN Motta	2	Universidade federal	UFRPE, UFV
Motta	2	Universidade federal	Faculdade Federal de Diamantina (atual UFVJM), Faculdade Federal de Uberaba (Atual UFTM)
Motta Ofício DSI	2	Universidade federal	UFSCAR, UFU
Ofício DSI	1	Universidade federal	Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (atual UNIRIO)
AN	1	Universidade federal	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (atual UFRA)
AN Motta	1	Instituição de ensino federal	Escola Técnica Federal de Minas Gerais (atual CEFET-MG)
Motta	1	Instituição de ensino federal	Colégio Pedro II
Motta Ofício DSI	1	Universidade estadual	Universidade de São Paulo
AN Motta	2	Universidade estadual	Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá
AN	1	Universidade estadual	Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina
Ofício DSI	1	Instituição privada	Centro Universitário de Brasília (CEUB)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil, Arquivo Nacional, 2012; Motta, 2014; Ofício 2519 DSI/MEC, 1973.

Vários elementos historiográficos e arquivísticos podem ser estudados a partir da descrição disponível dos documentos nas plataformas DIBRARQ/AN e BDMR.

O Quadro 2 sintetiza, brevemente, alguns desses elementos.

Os oito conjuntos documentais são apresentados como fundos arquivísticos. No entanto, os acervos da UFS, Escola Paulista de Medicina, UFOP e UFPA, dado o volume reduzidíssimo de documentos, não podem ser considerados fundos.¹⁴ O exemplo mais expressivo é o da documentação da Escola Paulista de Medicina, em que o BDMR disponibiliza apenas seis páginas. Refere-se a parte do processo da Comissão de Investigação Sumária contra o professor Marcos Lindenberg da Escola Paulista de Medicina. Ainda assim, no BDMR os documentos são considerados um fundo arquivístico.

Outro elemento a se destacar em relação à descrição é a proveniência dos documentos. Dadas as finalidades das Aesis, é evidente que houve tensões nas universidades, como revela a historiografia. Ao mesmo tempo em que estavam inseridas na estrutura administrativa universitária, eram subordinadas à CSI/MEC, integrante do SISNI. Essa dupla vinculação é complexa. No entanto, do ponto de vista do processamento técnico arquivístico interessa identificar o órgão produtor e sua posição na estrutura administrativa.¹⁵ Seis conjuntos documentais foram identificados como fundos documentais oriundos de Aesis universitárias. As descrições não esclarecem as posições administrativas dessas Assessorias. O caso da documentação da ASI da Universidade Federal Fluminense (UFF) é curioso, já que apresenta classificações distintas. Nas plataformas DIBRARQ e BDMR a documentação da ASI/UFF aparece como fundo documental produzido pela UFF, mas na plataforma Atom/UFF¹⁶ e no Guia de Fundos da UFF (Universidade Federal Fluminense, 2020) é descrita como parte da Seção Gabinete do Reitor do Fundo UFF.

Os procedimentos de tratamento dos documentos dos órgãos federais recolhidos ao Arquivo Nacional seguiram uma *metodologia específica*, segundo Vivien Ishac (2012), que coordenou o processamento técnico desses arquivos. Ela explica que o uso administrativo e judicial por indivíduos perseguidos demandou instrumentos que permitissem a consulta pelos milhares de nomes de pessoas “[...] diferente daquela [metodologia] disponibilizada em instrumento de pesquisa com descrição de fundos, de séries e de itens documentais” (2012,

¹⁴ Sobre o conceito de fundo arquivístico, ver Duchein (1982/1986) e Bellotto (2004).

¹⁵ Motta (2014) indica que as Assessorias de Segurança e Informações nas universidades eram administrativamente ligadas aos gabinetes dos reitores.

¹⁶ <https://atom.uff.br/index.php/> Acesso em 13 de novembro de 2023.

Quadro 2 - Fundos e coleções de órgãos da Comunidade Setorial de Informações do Ministério da Educação descritas no Diretório Brasil de Arquivos e no Banco de Dados Memórias Reveladas

Título	Código de referência	Recolhimento	Data de produção	Representantes digitais no BDMR	Entidade custodiadora	Dimensão e suporte	Nota
Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal de Minas Gerais	BR DFANBSB AT4	2009	1964 - 1982	Sim	COREG/AN	Textual - 2,8 m	Dimensões estimadas em metros. Os documentos foram recolhidos originalmente em pacotes, num total de 36. A digitalização gerou 14.174 matrizes e 931 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília	BR DFANBSB AA1	2008	1964 - 1985	Sim	COREG/AN	Textual - 4,2 m	Dimensões Mensuração documentos textuais corresponde a 62.328 folhas. A digitalização gerou 18.595 matrizes e 826 derivadas Dimensões em metros (alteração): de 7,42 m para 4,20 m
Assessoria de Segurança e Informação da Universidade Federal da Bahia	BR BAUFBA A1	-	18/6/1964 - 8/10/1981	Não	UFBA	Textual - 240 cm	-
Universidade Federal de Sergipe	BR DFANBSB AA2	2008	1969 - 1977	Sim	COREG/AN	Textual - 0,02 m	Dimensões Quantificação inicial dos documentos textuais estimou em aproximadamente, 178 imagens. A digitalização gerou 132 matrizes e 52 derivadas (fev. 2014).
Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal Fluminense	BR RJUFF ASI	-	1960 - 1988	Não	Arquivo Central da UFF	Iconográfico fotografia - 8 itens Iconográfico negativo fotográfico - 6 itens Textual - 3,5 m	-
Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo	BR DFANBSB AAC	2009	1964 - 1964	Sim	COREG/AN	Textual - 0,01 m	Dimensões A digitalização gerou 6 matrizes e 1 derivada
Faculdade Federal de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Ouro Preto	BR DFANBSB AT3	2009	1965 - 1995	Sim	COREG/AN	Formato digital disco óptico - cd - 1 item Textual - 0,14 m	Dimensões estimadas em metros correspondem a sete pastas originalmente recolhidas, além de 1 CD, este relacionado aos documentos supracitados de professores, funcionários e alunos. A digitalização gerou 1.108 matrizes e 30 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal do Pará	BR DFANBSB AAÉ	2008	1964-1980	Sim	COREG/AN	Iconográfico fotografia(s) - 4 itens Textual - 0,04 m	Dimensões A digitalização gerou 437 matrizes e 17 derivadas

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Dibrarq (<https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/>) e BDMR (<https://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/>). Acesso em 10 de novembro de 2023.

p. 16). Os dois maiores conjuntos mantidos no BDMR são provenientes da AESI/UFMG e da ASI/UNB. A análise comparativa permite perceber os procedimentos técnicos distintos empregados na classificação e descrição de ambos.

A descrição da AESI/UFMG informa que os documentos originais foram recolhidos ao Arquivo Nacional. No entanto, a documentação encontra-se na UFMG e o Arquivo Nacional recebeu apenas cópias dos documentos e digitalizou o fundo a partir das cópias.¹⁷ A documentação foi descrita na UFMG em um catálogo contendo 957 verbetes referentes aos dossiês da AESI/UFMG preservados. Inicialmente, esse catálogo funcionava na plataforma WinISIS, que foi descontinuada e deu origem a um arquivo PDF disponível atualmente na plataforma Pergamum do Sistema de Bibliotecas da UFMG.¹⁸ A digitalização dos documentos e a disponibilização no BDMR não mantiveram nenhum vínculo com o catálogo anteriormente produzido na UFMG. No BDMR os dossiês são apresentados sem nenhum tipo de classificação ou descrição.

No caso da ASI/UNB a documentação foi recolhida ao Arquivo Nacional em 2008 e não foram mantidas cópias na universidade. Na UNB já havia uma classificação por séries e um inventário do fundo. O BDMR manteve a classificação por séries, mas não disponibilizou o inventário anterior.

Os acervos da UFMG e da UNB, assim como todos os fundos do Memórias Reveladas, foram digitalizados e submetidos ao *Optical Character Recognition* (OCR) (reconhecimento óptico de caracteres), vulgarmente denominado “oceração”. A reformatação dos documentos por meio da digitalização foi uma estratégia estabelecida ainda no início do projeto Memórias Reveladas, quando do tratamento dos acervos dos Dops.

Vicente Rodrigues explica que somente em 2014 foi adotado o OCR como forma de busca por nomes e expressões (2017, p. 181). A digitalização massiva, o uso do OCR e a reunião em um banco de dados foram procedimentos inéditos no Arquivo Nacional, órgão responsável pelo BDMR. A busca pelo OCR e o não tratamento por meio de procedimentos de classificação e descrição clássicos da arquivologia geram uma problematização. Há que se considerar que a leitura ótica de caracteres não alcança 100% de sucesso. Isso pode ser analisado

¹⁷ https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/especiais-e-raros/memoria-intelectual-da-ufmg/arquivo-da-assessoria-especial-de-seguranca-e-informacao-aesi/ Acesso em 10 de novembro de 2023.

¹⁸ <https://www.bu.ufmg.br/imagem/00001d/00001dc5.pdf> Acesso em 10 de novembro de 2023.

contrapondo-se a leitura humana de amostras de documentos textuais com os resultados apresentados pelo OCR.

O projeto Memórias Reveladas é exemplo exitoso das políticas públicas de informação, memória e arquivos. Ao disponibilizar *online* um volume expressivo de documentos contextualizados na dinâmica do amplo, complexo e hierárquico sistema de vigilância, o BDMMR permite grande avanço no processo de reparação histórica e de conhecimento historiográfico, como declara Rodrigues:

A Rede do Memórias Reveladas busca inverter a lógica do Sismi. Em lugar do sigilo e da difusão controlada de informações, toma lugar a publicidade como regra e a difusão compartilhada de dados. Em lugar do centralismo autoritário do Poder Executivo Federal, vale a cooperação federativa. É nesse sentido que podemos falar que o Memórias Reveladas atua, na qualidade de coordenador da Rede, como uma espécie de anti-Sismi, ou um Sismi virado do avesso (2017, p. 137).

O material disponível no BDMMR catalisou pesquisas históricas sobre aspectos políticos, sociais e culturais do período ditatorial. O conhecimento da estrutura do aparato do sistema informação é um dos temas que tem avançado a partir da documentação disponível na plataforma.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se debruçou especificamente sobre a estrutura da CSI/MEC. A comunidade e seus arquivos têm sido estudados a partir de temas variados, como a pesquisa de Rodrigo Patto Sá Motta (2014), já citada. Entre outros estudos, citam-se o de Icléia Thiesen e o de Maria Guiomar da Cunha Frota (2020), em que se analisaram o Manual Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informação (SARDI), produzido pelo Sismi, e o Manual de Segurança e Informações, editado pelo MEC. Ambos foram difundidos pela DSI/MEC para as Aesis universitárias, com o intuito de regular a produção e o arquivamento de documentos. Por fim, é importante mencionar a tese de Márcia Bassetto Paes (2022), *O arquivo da sala ao lado: catálogo da correspondência entre a Universidade de São Paulo e os órgãos de segurança (1967-1989)*, sobre o arquivo da AESI/USP, queimado, deliberadamente em 1982. Na tese o arquivo foi reconstituído a partir do rastreamento do material por ela expedido ou a ela remetido e arquivado em outros órgãos de segurança e informações. Trata-se de pesquisa de grande fôlego, que resgatou e reproduziu 467 documentos e elaborou um

magnífico catálogo com índices diversos. Efetivamente, a tese reconstituiu uma parcela significativa do arquivo AESI/USP e produziu uma ferramenta de pesquisa riquíssima. Todas essas pesquisas demonstram o crescente interesse no funcionamento da CSI/MEC e dos órgãos que a formavam.

A pesquisa aqui apresentada buscou avançar sobre o conhecimento de sua estrutura. Já se sabe que o aparato ditatorial instituído por meio das Aesis, coordenadas pela DSI/MEC, foi efetivo e buscou averiguar de perto as atividades universitárias e abastecer o SNI/SISNI. O arquivo da DSI/MEC nunca foi encontrado. Tendo em vista o caráter tentacular do sistema, os arquivos das Aesis ligadas ao MEC e de outros órgãos do SISNI contêm documentos oriundos da DSI/MEC que permitem conhecer aspectos de seu funcionamento e estrutura. Conhecer a CSI/MEC no contexto de sua estruturação e funcionamento no tempo passado é relevante para o conhecimento e a reparação histórica.

De outro lado, o processo de busca e de abertura dos arquivos da CSI/MEC pós-ditadura ocorrido a partir do final dos anos 2000 também é de interesse para a Ciência da Informação. Foi no contexto do projeto Memórias Reveladas que parte dos documentos foi localizada, tratada e reunida no BDMR, o que, nas palavras de Rodrigues reproduzidas anteriormente, busca *inverter a lógica do SISNI*. A abertura dos arquivos da ditadura foi um processo social longo e que implicou, inclusive, procedimentos e decisões técnicas.

Ainda sobre a temporalidade pós-ditadura merece atenção a profusão de novos arquivos produzidos no âmbito das atividades de organizações de natureza diversa, públicas e privadas, cuja finalidade é conhecer e reparar esse passado obscuro. A título de exemplo, citam-se os arquivos gerados pela Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e pelas inúmeras Comissões da Verdade que vigoraram (e vigoram) em diversas esferas.¹⁹

Existem estudos diversos que tomaram como objeto o aparato SNI/SISNI, globalmente, e a CSI/MEC, especificamente. Também existem estudos, inúmeros, que tomam os arquivos do sistema de informação para o conhecimento de temas históricos variados do período ditatorial. Há uma crescente bibliografia que tem revelado a estrutura e a dinâmica dos órgãos de informação repressivos brasileiros. Espera-se que o processo de conhecimento sobre o

¹⁹ Sobre o assunto, ver. TENAGLIA, Mônica. **Comissões da verdade e os arquivos da ditadura militar brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

período ditatorial, em especial das práticas de violação de direitos humanos executadas por agentes de estado seja cada vez mais incrementado por meio de instrumentos diversos, em especial pelo resgate e pesquisa em arquivos dos órgãos de informação e de repressão.

REFERÊNCIAS

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Arquivos do Brasil sobre a repressão política na ditadura militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberali. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. Decreto 5.584, de 18 de novembro de 2005. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 221-A, p. 1, 18 nov. 2005. Edição extra. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1817/2/DEC_2005_5584.pdf.

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 221-A, p. 1-4, 18 nov. 2011. Edição extra. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/11/2011&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=12>.

BRASIL. **Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1979]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm.

BRASIL. **Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1995]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm.

BRASIL. **Medida Provisória 150, de 15 de março de 1990**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1995]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/150.htm.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC 576, de 05 de agosto de 1986. **Diário Oficial da União**: seção 1, pt. 1, Brasília, DF, p. 11719, 6 ago. 1986.

BRASIL. Regimento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, de 10 de abril de 1969. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Parte 1, Brasília, ano 107, p. 3180-3182, 15 abr. 1969.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os Arquivos da Polícia Política Brasileira**: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, 2005. Publicação do Proin, Projeto Integrado.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-33, abr. 1982/ago. 1986.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. **Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes repressivos**. Paris: Unesco/Conseil International des Archives, 1997.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, Nº 5, p. 10-23, 2017.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. Os acervos dos órgãos federais de Segurança e Informações do regime militar no Artigo Nacional. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, v. 21, n. 2, p. 29-42, jul. /dez. 2008.

MEZAROBBA, Glenda. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. *In*: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. **Memória e verdade**: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

MOTTA, R. P. S. Incômoda memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, v. 21, n. 2, p. 43–66, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PAES, Marcia Bassetto. **O arquivo da sala ao lado: catálogo da correspondência entre a Universidade de São Paulo e os órgãos de segurança (1967-1989)**. 2022. 1998 f., Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. **Documentos (in)visíveis**: arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil. Aracaju: Edise, 2017.

SILVA, Jaime Antunes da. Apresentação. *In*: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Arquivos do Brasil sobre a repressão política na ditadura militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

SODRÉ, Carolina Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. A difusão dos acervos das DOPS no banco de dados memórias reveladas. *In: CUEVAS CERVERÓ, Aurora et al. (coord.). Investigación en información, documentación y sociedad: perspectivas y tendencias*. Madrid: Facultad de Ciencias de la documentación, Universidad Complutense de Madrid, 2017. v. 2, p. 41-53.

TENAGLIA, Mônica. **Comissões da verdade e os arquivos da ditadura militar brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023.

THIESEN, Icléia; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Os arquivos do Sistema Nacional de Informação e contra-informação e o papel dos manuais na recuperação de informações sensíveis. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-18, 2020.